

2

QUE É A EDUCAÇÃO?

A filosofia da educação é, pois, duplamente específica. Em relação às ciências da educação, pelo tipo de questões que levanta. Relativamente aos outros ramos da filosofia, pelo seu objecto, a educação. Definir esta será, pois, o fim deste capítulo.

Sabe-se que uma definição tem sempre algo de arbitrário; por isso, é indispensável argumentar. Tentaremos encontrar uma que restrinja, certamente, o sentido da palavra «educação», mostrando que não designa nem uma maturação natural nem um adestramento artificial; mas evitaremos reduzir abusivamente este sentido e mutilar a educação.

I. – Criar, ensinar, formar

Poderá a etimologia auxiliar-nos? Afirmou-se que educar provinha do latim *educere*, «fazer sair», «pôr fora». Não é exacto. O termo vem de um outro verbo, *educare*, que significa criar animais ou plantas e, por extensão, cuidar das crianças. A etimologia é sempre perigosa!

Não podemos também continuar a apoiar-nos na história do termo. No francês do século XIX, «educação» tem sobretudo o sentido de saber-viver, o que implica a adaptação às normas da classe «superior», aos seus símbolos, aos seus valores, às suas convenções, mas também um real domínio de si; educado é o homem que sabe conter-se, no duplo sentido de guardar o seu lugar e guardar o seu sangue-frio. De todo diferente é a palavra inglesa, *education*, palavra enganadora, cujo sentido se introduziu sub-repticiamente entre nós. *Education* significa o ensino como instituição, o sistema escolar e universitário; *an educated person* é alguém instruído, o que não quer dizer bem educado... Nos nossos dias, quando se fala de problemas, de ciências, de ministério da educação é

sobretudo no ensino que se pensa. Todavia, todos admitiremos que a educação significa algo mais do que o adestramento do homem ou a produção de diplomados. Tentemos, então, outro método, que consiste na análise de sinónimos.

Partamos do verbo *educar*. Possui muitos sinónimos, os três principais são *criar*, *ensinar* e *formar*.

Criar refere-se à educação em sentido restrito; no essencial, coincide com a da família. Trata-se de uma educação espontânea; uma mãe que acaricia o seu bebé educa-o, porque desperta nele a consciência do outro e desenvolve, antes de qualquer linguagem, a aptidão do bebé para comunicar. Mas a mãe não programa isso, nem sequer o sabe; a sua ternura é educativa, mas sem saber.

Ensinar designa, pelo contrário, uma educação intencional; é uma actividade que se exerce numa instituição, cujos fins são explícitos, os métodos mais ou menos codificados, e que é assegurada por profissionais.

Criar e ensinar são, portanto, actividades diferentes, e, por vezes, exclusivas uma da outra. Se as duas forem precisas, é difícil executá-las ao mesmo tempo e confiá-las a uma mesma pessoa. Os pais, mesmo instruídos, são pouco capazes de instruir os seus filhos, porque são sempre demasiado impacientes, ansiosos, apaixonados. Inversamente, um professor não é um pai, e uma professora não é uma segunda mãe; o seu papel não é amar nem fazer-se amar: devem apenas fazer aprender.

Formar tornou-se um termo muito em voga: «formação contínua, formação de formadores»; um termo, aliás, por vezes polémico; ao «ensino esclerosado, livresco» opõe-se a boa formação, humana, generosa, que «aprende a ser». Tentaremos ultrapassar estes *slogans* e definir o termo por comparação com os dois precedentes.

Que é a formação? Seja ela técnica, profissional, militar, desportiva, e inclua mesmo todas as reciclagens, a formação é sempre a preparação do indivíduo para tal ou tal função social. Será preciso ver nela uma forma de ensino?

Todavia, a língua actual sugere-nos aqui ainda uma relação de exclusão: «Ensina-se alguma coisa a alguém», «forma-se alguém em alguma coisa». O fim do ensino, ou pelo menos o seu objecto, é o aluno. O objecto da formação é a função social: é o futuro socorrista, o futuro empregado ou o futuro médico que importa. Por exemplo, quando se forma uma dactilógrafa, ela é tratada como um meio; não se lhe pede que se exprima, que inove, mas simplesmente que escreva sem erros e o mais depressa possível. Pelo contrário, o ensino do piano trata o aluno como um fim; o teclado é para ele, e é por ele que aprende.

Deixaremos de lado a relação, quase inexistente nos nossos dias,

entre educação familiar e formação; seria preciso estudá-la noutras sociedades, arcaica, medieval, etc. Cada um pensa que as crianças faziam a sua aprendizagem em casa do seu pai. Mas nem sempre foi esse o caso: frequentemente, o pai enviava o seu filho para um colega, o qual, por sua vez, confiava também o seu a outro colega, sendo os aprendizes tratados como membros de uma nova família. Será que não há humanidade sem mudança?

De qualquer modo, criar, ensinar, formar, aparentemente sinónimos, têm entre si relações de exclusão. Embora se aprenda a mesma coisa nos três casos, jamais se aprende da mesma maneira. Por exemplo, uma língua estrangeira. Na família aprende-se espontânea e globalmente, pela conversação. Na escola, é ensinada com um programa, métodos, técnicas e professores. Na formação também, mas com um espírito inteiramente diverso: não se formam intérpretes ou se ensina o inglês comercial como se ensina o inglês no liceu. Um professor que ensine a traduzir o melhor possível e o mais depressa possível faz formação profissional; um professor que mostra que há várias traduções possíveis e que leva o tempo que for preciso para encontrar a melhor, sem por vezes a encontrar, ensina.

Criar, ensinar e formar: trata-se, sem dúvida, de tipos ideais (no sentido de Max Weber). Concretamente, é possível, e mesmo desejável, uni-los. No pré-escolar, criar é preparar para o ensino; na universidade, ensina-se ao mesmo tempo que se asseguram formações profissionais. Do mesmo modo, aquele que se prepara na profissão de pianista recebe ao mesmo tempo um ensino e uma formação. Contudo, nos dois casos, trata-se de um compromisso, e um compromisso faz-se, por definição, entre realidades antagónicas. Poderá, então, falar-se ainda de uma unidade da educação?

Notemos que na nossa época de hiper-especialização se corre muito o risco de ir dar a uma educação fragmentada, em detrimento dos próprios educandos. Todavia, a filosofia não estuda os factos, mas o seu sentido. E, a este nível, os três termos, embora opostos, ou melhor, porque opostos, conservam uma relação de complementaridade. Se é assim, onde encontrar então o conceito que permitiria unificá-los?

Aqui, uma vez mais, apoiamo-nos na linguagem. Na educação familiar, no ensino e nas formações *aprende-se*. Pode, pois, admitir-se que aprender é o verbo que corresponde ao substantivo *educação*, que não só unifica os três termos, mas lhes proporciona um «mais». Com efeito, quem aprende alguma coisa, desde a natação até à álgebra, aprende sempre também a tornar-se, pelo menos em parte, «melhor».

Tornar-se melhor, que quer isto dizer? Desenvolver as potencialidades do ser humano que cada um em si transporta. Em todos

os domínios, desde o nascimento até ao último dia, a educação é aprender a ser homem. E a educação familiar, o ensino, as formações são partes deste «aprender». Em todos os casos, aprende-se a ser homem. Se, pois, pretendermos definir educação, é preciso reflectir sobre a palavra «homem».

II. – A educação entre a natureza e a cultura

O homem é homem pelo nascimento ou pela educação?

As ciências humanas admitem que o recém-nascido de hoje não difere do recém-nascido das idades pré-históricas. Tudo o que a humanidade conquistou através dos milénios é «cultural», não natural; por outras palavras, não se transmite por hereditariedade, mas pela educação. Em suma, tudo o que torna o homem humano, tal como a linguagem, o pensamento, os sentimentos, as técnicas, as ciências, as artes e a moral, o homem tem-no porque o aprendeu.

A antropologia afirma que o homem é um animal «nascido antes do tempo». O seu organismo, particularmente as conexões nervosas, é inacabado. Deve, portanto, ao contrário das crias animais, aprender tudo e, enquanto aprende, depende dos outros, dos adultos. Este inacabamento do homem é também a sua grandeza; enquanto o animal é o que é desde o seu nascimento ou se torna naturalmente pela maturação, a criança humana, como diz Fichte, deve tornar-se o que deve ser. Mas esta desvantagem constitui, na verdade, uma dupla vantagem. Primeiro, a fraqueza da infância, a necessidade de a proteger, cuidar, educar, durante anos, constitui sem dúvida um dos grandes factores da sociedade; com efeito, sem sociedade não poderia haver infância, logo também não poderia haver homens. Depois, a criança, porque inacabada, vai infinitamente mais longe do que o animal; a imperfeição da sua natureza é também a sua plasticidade (cf. Dewey, 1966, cap. IV).

Esta natureza humana, privada da educação, reduz-se, aliás, a quase nada. Lembremos o caso das «crianças selvagens», em particular das duas meninas encontradas num covil de lobos, na Índia, em 1920. Estas crianças, Amala (cerca de dois anos) e Kamala (oito anos), incapazes de se terem de pé, corriam apoiados nos cotovelos e nos joelhos; desprovidas de palavra, uivavam como os lobos, atiravam-se à carne crua, degolavam galinhas vivas. Em todas as crianças selvagens o olfacto está sobredesenvolvido, a necessidade sexual é muito fraca. Ignoram o uso das mãos, o rir e o sorrir, não distinguem uma imagem em relevo de um objecto, não se reconhecem ao espelho, etc. Alguns defenderam que o

seu caso não provava nada, porque eram apenas débeis profundos. Mas Lucien Malson (*Les enfants sauvages*, «10/18», 1964) responde muito vigorosamente que o seu comportamento em nada se assemelha ao dos débeis. Em todo o caso, elas são a prova viva de que um filho de homem que não é educado pelo homem não tem «nada de humano»; veremos mais à frente o porquê destas aspas.

Certos filósofos, aliás, negam pura e simplesmente a natureza humana e dizem que cada homem é o que é apenas pela educação. Era já o ponto de vista dos sofistas, como ilustra o belo mito de Epimeteu (Platão, *Protágoras*, 320 s.) Os empiristas do século XVIII afirmam que o homem no início é uma *tábua rasa*, sobre a qual a experiência pode inscrever todas as coisas. «A educação faz-nos o que somos», dizia Helvétius: não apenas o que sabemos, mas também o que somos, um homem, este homem, com os seus sentimentos, a sua inteligência, a sua moralidade. E os culturalistas actuais retomarão esta outra tese dos sofistas: não há valores universais, os homens diferem nos seus gostos, nos seus sentimentos, nos seus costumes, nas suas categorias intelectuais e morais, tal como diferem as culturas em que foram educados.

Em suma, como dizia Helvétius, «a educação pode tudo», precisando bem que a educação compreende ao mesmo tempo as experiências fortuitas e a instrução voluntária e metódica. Um neobehaviorista como Skinner pretenderá dar um conteúdo científico a esta doutrina. Para ele, se a educação pode tudo, deverá sabê-lo e saber o que faz; programa cientificamente o devir da criança, em vez de a abandonar aos condicionamentos cegos e incontrolados. O futuro é dos especialistas.

Assim, o homem seria natural enquanto animal e cultural enquanto humano; não teríamos outro ponto em comum senão o corpo. Voltemos, todavia, às aspas da página 20: pode dizer-se que as crianças selvagens não têm «nada de humano»? Em todos os casos se fez tudo para as educar, em vez de as manter na sua animalidade para fins de estudos científicos. Aqueles que se entregariam a tais experiências parecer-nos-iam do mesmo tipo que os médicos nazis... Uma criança selvagem, como um débil ou um louco, permanece um ser humano; e admitimos que, se a ciência afasta, pelo método, a natureza humana, a ética afirma-a como inalienável. Toda a criança humana é, de modo real ou simbólico, um filho de Deus.

Aliás, os filósofos empiristas ou culturalistas, para glória da educação, bem poderiam legitimar o imperialismo pedagógico mais abusivo. Seja como for, é preciso responder à questão de Kant: se o homem é o produto da educação, «quem educará os educadores?»

Acrescentemos uma observação capital. É possível educar, mais ou menos, as crianças selvagens, ao passo que ninguém poderia ensinar a

linguagem, as técnicas ou a moralidade a um animal. Há pois, claramente, uma natureza humana universal, que consiste precisamente na possibilidade de aprender. E esta observação não é apenas teórica. A importância do conceito de *natureza humana* é mostrar que em educação nem tudo é possível, que o educador encontra uma resistência que não pode ignorar nem forçar sem arruinar a educação.

Esta resistência é, em primeiro lugar, a da natureza psicológica da criança. Autores tão diferentes como Piaget, Freud, Wallon mostram que a criança passa necessariamente por estádios, e que o educador não os pode impunemente omitir nem mesmo abreviá-los. É por isso que Rousseau preconizava, até à idade de doze anos, uma «educação negativa» cujo papel não é apressar o crescimento, mas preservá-lo, não instruir a criança, mas prepará-la para se instruir. Há um fundo de verdade nestes exageros.

A natureza é também o carácter próprio de cada criança, a sua maneira de agir, de sentir e de aprender. Ignorá-lo, querer fazer entrar a criança num molde comum, forçá-la a «ser trabalhadora como o seu irmão», é arriscar-se a desencorajá-la para sempre, por falta de confiança na sua força própria. Educar não é fabricar adultos segundo um modelo, é libertar em cada homem o que o impede de ser ele mesmo e lhe permite realizar-se segundo o seu «génio» singular.

Em suma, se o conteúdo da educação é variável, a necessidade de ser educado é universal, porque ela é inerente ao homem. A natureza humana é o que exige ser educado; é também o que faz que a educação não seja tudo. Inversamente, se a educação não pode tudo, não se pode nada sem ela.

III. – Os fins da educação: para a sociedade ou para a criança?

Será possível a partir daí determinar os fins da educação? Voltaremos ao conteúdo destes no último capítulo. Aqui limitar-nos-emos à sua forma, ao que faz que um fim se possa dizer educativo.

As doutrinas empiristas ou culturalistas, que rejeitam a natureza humana, dirão que se eduque a criança para a sociedade, em função dos valores próprios desta. Pelo contrário, os partidários da natureza exigirão que se eduque a criança por si mesma, para lhe permitir desenvolver-se segundo a sua natureza própria.

A primeira tese tem a seu favor o realismo. Com efeito, se se visar apenas o desabrochar da criança, não se fará dela um marginal, inapto para se integrar num meio que de qualquer modo será o seu? Além

disso, toda a sociedade tem exigências a que não pode renunciar sem se pôr em perigo; tem necessidade, a todos os níveis, de competências comprovadas. Mais ainda, não está no direito de exigir à educação que transmita à criança aqueles valores sem os quais a vida social seria impossível? A começar pela língua, que é o património inalienável de um povo. Se, sob o pretexto de respeitar a espontaneidade criadora dos alunos, se renuncia a obrigá-los a exprimir-se bem e a bem compreender, acaba-se por destruir a própria comunicação. Do mesmo modo, destroem-se, desde que se renuncie a transmiti-los aos jovens, os tesouros da ciência, da arte, da moral, que são os únicos que lhes permitem tornar-se inteiramente adultos. Em suma, a força desta tese é mostrar que, adaptando e integrando a criança na sociedade, se trabalha também para seu bem.

Os partidários da natureza responderão que esta doutrina, devido à sua recusa em reconhecer todo o valor transcendente, se deve apoiar em normas pretensamente «científicas», como o «normal», a «adaptação», a «socialização», o «equilíbrio», levando assim a um conformismo total. Afinal de contas, Mozart e Beethoven, Rousseau e Nietzsche, Van Gogh e Gauguin foram inadaptados, e o seu génio deve-se à sua própria inadaptação. Do ponto de vista moral, sobretudo, a integração social está longe de ser uma norma indiscutível, porque toda a sociedade comporta uma parte de fanatismo, de egoísmo sagrado; será preciso adaptar os jovens a uma sociedade racista – e, pouco ou muito, que sociedade não é racista? O cúmulo é que uma tal educação é nociva à própria sociedade, visto que contribui para a imobilizar, para tapar tudo o que ela comporta de abertura. A sociedade (era preferível dizer uma sociedade) não é nem simples nem estática; e a educação deve preparar a criança para a sua complexidade e para a sua evolução. Consideremos a linguagem: porquê impor aos alunos uma língua escolar, até certo ponto artificial, enquanto a língua de um país comporta tanta diversidade e evolui continuamente? Em suma, ao pretender-se fazer do indivíduo um meio da sociedade, esquece-se a sua dignidade própria e, o que ainda é mais, faz-se dele um meio muito pobre.

Para a sociedade ou para a criança? Trata-se porventura de uma falsa alternativa, em que cada um dos termos vale apenas pela deficiência do outro. Porque entre o indivíduo e a (uma) sociedade existe um terceiro termo, que é a *humanidade*. A própria educação testemunha-o. Não se educa a criança para que ela não vá mais longe. Mas também não se educa para fazer dela «um trabalhador e um cidadão». Educa-se para se fazer dela um homem, isto é, um ser capaz de partilhar e comunicar com as obras e as pessoas humanas. Pois, para além de todas as culturas, há a cultura, que consiste, acima de tudo, no facto de todas elas poderem

comunicar entre si; do mesmo modo, há línguas, mas nenhuma é intraduzível. Ora o modelo humano não é imposto a partir de fora: ao despertar a inteligência e a personalidade da criança, converte-a num homem mas, permitindo-lhe ser ela mesma. Insistindo ainda na linguagem, Montaigne e Rabelais, Gide e Proust aprenderam a mesma língua, mas cada um, para além dos lugares-comuns, soube encontrar o seu próprio estilo e exprimir-se nele.

Assim, parece-nos que o fim da educação é permitir a cada um realizar a sua natureza no seio de uma cultura que seja verdadeiramente humana. Se tal fim parece utópico, é o único que resguarda a educação tanto do abandono como do endoutrinamento.

Por conseguinte, é esta ligação fundamental com o humano que faz da educação mais do que um adestramento ou uma maturação espontânea. Ser homem é aprender a tornar-se tal. Precisemos duas coisas. Primeiro, há duas maneiras de aprender: um processo espontâneo, que vem do próprio facto de viver em sociedade, e um conjunto de métodos intencionais, com os seus professores e os seus objectivos. Depois, jamais se deixa de «tornar homem», e o fim do caminho da cultura humana jamais é alcançado: não há diploma de humanidade que considere concluída a educação.

Eis então a definição que propomos: *A educação é o conjunto dos processos e dos procedimentos que permitem a qualquer criança aceder progressivamente à cultura, pois o acesso à cultura é o que distingue o homem do animal.*

Onde se realiza a educação, como, por quem e para quê, é o que veremos nos próximos capítulos.